

Quebrando Urnas: as formas de silenciamento e apagamento da cultura material e memória utilizadas pelos invasores europeus na Manaus colonial (séc.XVII-XIX)

Quebrando Urnas: las formas de silenciamiento y el borrado de la cultura material y memoria utilizadas por los invasores europeos en la Manaus colonial (siglo XVII-XIX)

Breaking Urns: the forms of silencing and rasure of material culture and memory used by the European invasors in the colonial Manaus (17th-19th century)

Samuel Lucena de Medeiros¹

Tatiana de Lima Pedrosa Santos²

Resumo

A colonização empreendida na Amazônia portuguesa pode ser aqui entendida como um processo multifacetado, onde surgem discussões sobre as imposições de poder e cultura, ao mesmo tempo em que havia uma preocupação em ocupar territórios e os proteger contra invasões de outros europeus. A Coroa portuguesa e a Igreja Católica tomam parte na colonização, assim como os próprios habitantes dos povoados portugueses, que veem no indígena uma fonte fácil de lucro, exploração do trabalho e expurgo. Vê-se a violência como uma forma de oprimir, mas também de reafirmar uma pretendida soberania do branco. É também nas convivências do período colonial na Amazônia, em especial no Lugar da Barra, futura cidade de Manaus, onde se constrói um campo de lutas e tensões entre os colonizadores e os nativos, cada um com seus meios de lidar com o conflito, amenizá-lo ou intensificá-lo. Neste trabalho, através do entrecruzamento de dados históricos e arqueológicos, o silenciamento da memória e o apagamento da cultura material são entendidos como formas de afetar diretamente a identidade e cultura dos povos indígenas no período, inserido na colônia portuguesa, entre os séculos XVII e XIX.

Palavras-Chave: Arqueologia; Colonização Amazônica; Cultura Material; Identidade; Memória;

Resumen

La colonización emprendida en la Amazonía portuguesa puede ser entendida aquí como un proceso multifacético, donde surgen discusiones sobre las imposiciones de poder y cultura al mismo tiempo que había una preocupación en ocupar territorios y protegerlos contra las invasiones de otros europeos. La coroa portuguesa y la Iglesia Católica toman parte en la colonización, así como los habitantes de los pueblos portugueses, que ven el indígena una fuente fácil de lucro, explotación del trabajo y de expurgo. Se ve la violencia como una forma de oprimir, pero también de reafirmar una pretendida soberanía del blanco. Es también en las convivencias del período colonial en la Amazonía, en especial en el Lugar de la Barra, futura ciudad de Manaus, donde se construye un campo de lutas y tensiones entre los colonizadores y los nativos, cada uno con sus medios de lidiar con el conflicto, amenizarlo o intensificarlo. En este trabajo, a través del

¹ Mestrando em Ciências Humanas; Bolsista da CAPES; Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza; Manaus, Amazonas, Brasil; samuca_slm@hotmail.com

² Doutora em História; Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza; Manaus, Amazonas, Brasil; tatixpedrosa@yahoo.com.br

entrecruzamiento de datos históricos y arqueológicos, el silenciamento de la memoria y la supresión de la cultura material son vistos como formas de afectar diretamente a la identidade y la cultura de los pueblos indígenas en el período, insertado en la colonia portuguesa, entre los siglos XVII y XIX.

Palabras claves: Arqueología; Colonización Amazónica; Cultura Material; Identidad; Memoria;

Abstract

The colonization undertaken in the Portuguese Amazon can be understood here as a multifaceted process, where discussions about the impositions of power and culture arise, at the same time as there was a preoccupation in occupying territories and protecting them against invasions of other Europeans. The Portuguese Crown and the Catholic Church take part in the colonization, as well as the inhabitants of the Portuguese villages, who see in the Indigenous as an easy source of profit, exploitation of labor and purge. Violence is seen as a way of oppressing, but also of reaffirming an intended white sovereignty. It is also in the coexistence of the colonial period in the Amazon, especially in Lugar da Barra, the future city of Manaus, where a field of struggles and tensions are built between the colonizers and the natives, each with its means of dealing with the conflict, soften or intensify it. In this work, through the intertwining of historical and archaeological data, the silencing of memory and the erasure of material culture are understood as ways of directly affecting the identity and culture of indigenous peoples in the period, inserted in the Portuguese colony between the XVII and XIX centuries.

Keywords: Archeology; Amazonian Colonization; Material Culture; Identity; Memory;

1. A Coroa e a Igreja na formação do Lugar da Barra: contextualização

Os processos de colonização surgem como o ápice dos desejos europeus de uma hegemonia sobre a América, aqui discutida em especial a América colonial portuguesa (GUERREIRO, 2013), ou melhor, o projeto de criação de uma América tão abruptamente modificada pelos portugueses que a eles deveria ser referendada. Quando se fala então numa Amazônia antes localizada no oeste do território delimitado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), da qual boa parte pertencia por convenção aos espanhóis e fora por eles invadida, fala-se de um território duplamente agredido: recebendo os impactos a flora e, principalmente, as populações nativas que milenarmente interagiam conforme dinâmicas próprias.

O conhecimento das rotas fluviais e dos povos que também em suas margens viviam, despertou o interesse em não apenas criar povoações para estabelecer a bandeira de Portugal, mas também explorar os recursos da floresta e a força humana dos nativos. As ações que se seguiram partiram de um híbrido entre a Coroa e a Igreja. Após a viagem de Pedro Teixeira subindo o Rio Amazonas, entre 1637 e 1639, com objetivos ambíguos, os religiosos jesuítas decidem fundar uma missão no igarapé Tarumã em 1657, subindo o Rio Negro. Seus líderes foram Manuel Pires e Francisco Veloso (REIS, 2001; GARCIA, 2010), que acompanharam e até mesmo legitimaram a captura de indígenas pelas tropas de resgate, Guerras Justas e descimentos (“apresamentos”), que os escravizavam e enviavam o excedente para o Baixo Amazonas, todos aguilhoados. Juntamente com esta missão, os jesuítas levaram consigo a primeira tropa de resgates registrada a chegar ao Rio Negro (GARCIA, 2005).

Foi através da viagem de Pedro Teixeira que os portugueses puderam se sentir verdadeiramente empoderados e no direito de serem os únicos donos do território amazônico. É com estes precedentes que começa a se delinear as bases para a formação da futura cidade de Manaus. Temendo a invasão (uma reinvasão europeia) dos que chegavam pelos rios da Guiana ao norte e pelo Solimões no oeste (MONTEIRO, 2000; GARCIA, 2010), o Governador do Grão-Pará e Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, manda construir um fortim, em 1668, na margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência deste com o Solimões. A obra foi executada sob a supervisão do mestre de obras Francisco da Mota Falcão, juntamente com seu filho Manoel da Mota Siqueira. Foi também supervisionada com a ajuda do responsável pelo aldeamento dos Tarumã, Teodózio da Vieira, frei franciscano (GERREIRO, 2013). A construção quadrangular modesta, feita de taipa, com a mão de obra indígena da antiga aldeia de descimento dos *Manao* onde foi erguida, teve sua conclusão em 1669³. Foi em torno desta edificação que se formou o povoado chamado de Lugar da Barra.

A maior parte da população da Barra, já no final do século XVIII, era constituída por indígenas: dos 301 moradores, 243 eram “índios” (FERREIRA, 1983), que construíram suas casas de taipa ao estilo vigente português. Cabe ressaltar que estes indígenas que deram início ao povoado ao redor do forte eram aqueles considerados pelos brancos como já “civilizados”, e tinham sua constituição com indivíduos pertencentes aos povos *Manao*, *Baniba*, *Baré*, *Passé*, entre outros. Com a chegada do século XIX, as poucas casas permaneciam, cobertas de palha e com a maioria de habitantes indígenas, havendo poucos militares brancos. Mesmo com o fim das missões, as formas de escravização e autoritarismo continuaram em formas menos físicas, mas não menos evidentes. A colonização era agora, principalmente cultural.

³ Esta edificação funcionou mais como um entreposto comercial e fiscal que propriamente militar. Quando chegaram os carmelitas, em 1695 (GARCIA, 2010), um povoado pequeno começou a se formar ao redor do forte e de uma capelinha quem construíram, originando o povoamento do chamado Lugar da Barra. A capela erguida em madeira, ao lado esquerdo do fortim, foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição, tornando-se a padroeira da Barra do Rio Negro.

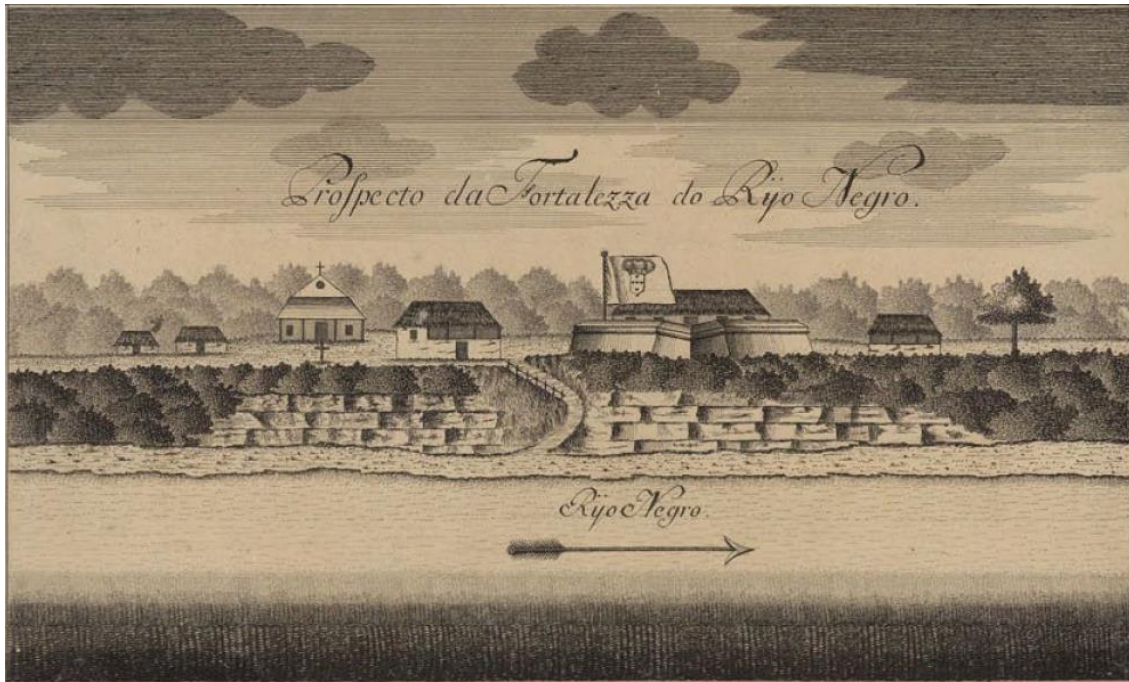


Figura 1 – Vista panorâmica do Lugar da Barra, elaborada em 1756.

Fonte: SCHWEBEL, 1756, p.19.

Com este trabalho, busca-se verificar a relação entre a destruição material indígena e as formas de colonização na Amazônia. Para tal, a investigação acerca da formação inicial da cidade de Manaus (Lugar da Barra), fez-se necessária a consulta a documentos históricos e registros dos primeiros remanescentes arqueológicos pré-coloniais descritos. Estes princípios foram seguidos para relacionar os dados históricos e arqueológicos no intuito de contribuir na compreensão das possíveis formas de silenciamento da memória e identidade no período colonial amazônico.

2. Violência é a ferramenta-chave

As relações entre “índios” e “brancos” no período colonial decorrido na Amazônia estavam pautadas em extremidades opostas, onde o nativo não poderia desenvolver seu modo de vida autônomo e próprio, ao contrário, deveria se adequar a um dos dois pontos: ou era “selvagem” escravo, ou era “civilizado” silenciado nos povoados.

É visível a existência de tratamento diferenciado para as diversas situações em que se encontravam os índios nas suas relações com o mundo colonial. A manutenção de distinções, como a que separa *selvagens* de *mansos*, também estava presente na determinação da direção das próprias ações coloniais com relação às populações indígenas; a mansidão era sinônimo de aliança e amizade, enquanto a selvageria era igual a inimizade. Assim, aos amigos, paz e liberdade; aos inimigos, guerra e escravidão (SAMPAIO, 2012, p.278).

A passagem do século XVII ao XVIII foi marcada na Amazônia pelo poderio da Companhia de Jesus, que possuía o domínio de grandes plantações e áreas de extração, que se sobrepunham à produção pequena dos colonos. Além de não pagarem impostos, utilizavam-se da valiosa mão de obra do indígena escravizado, a quem descaradamente aplicavam toda sorte de violência.

Escravizar índios no Rio Negro era prática corrente e muito lucrativa. [...] A nascente sociedade colonial da Amazônia portuguesa jogava nas costas do índio todo o peso de suas atividades domésticas e econômicas, limitadas, estas, às práticas extrativas e a uma produção agrícola e pecuária estritamente de subsistência. Em um ponto, pelo menos, não havia discordância: todos, missionários, colonos e os outros moradores precisavam, cada vez mais, de mais e mais índios escravos (GARCIA, 2010, p.25 e 27).

Os portugueses se viam também aparados, não apenas pela lei divina, mas pela dos homens, na aplicação do projeto de colonização na Amazônia. Era através da Carta de Lei de 10 de setembro de 1611 (PONTES FILHO, 2000), que legalmente instituía o sistema de “capitães de aldeia”, pelo qual passaram a capturar de forma violenta um grande número de indígenas, à parte aqueles que eram aprisionados pelas guerras justas e descimentos, e os que eram levados às missões.

Começa desenvolver-se um conflito entre os religiosos e os colonos, pois estes últimos se indignavam por tamanha diferença no porte de suas produções, estando as missões e acampamentos da igreja sempre à frente no que concerne ao estoque de alimentos e riqueza. Entretanto, o cerne do desentendimento findava na discussão de ambos os lados a favor da escravidão indígena. Seria através desse método que poderiam aumentar os lucros.

O sistema de “capitães de aldeia” desagradava ainda os missionários religiosos, não somente pelas atrocidades que eram cometidas pelos colonos leigos para com os índios, mas também porque almejavam eles próprios terem maior controle sobre a mão de obra indígena (PONTES FILHO, 2000, p.62).

Os próprios indígenas passaram a ser considerados como um tipo de “drogas do sertão” no século XVII⁴. Resistência era vista como rebeldia. Aqueles que permaneceram nos

⁴ A partir de 1655, muitas expedições, chamadas de expedições sertanistas, foram empreendidas na região (PONTES FILHO, 2000), com o objetivo primário dito como o de encontrar novas fontes das drogas do sertão (Cacau, Cravo, Baunilha, Pimenta, entre outras), mas que acarretaram verdadeiros genocídios, exterminando milhares e milhares de indígenas, também forçando que os outros migrassem para mais longe.

povoamentos emergentes coloniais, ao invés do que se possa pensar, não se entregaram pelo que as aparências poderiam mostrar. Resistir também se manifesta na imaterialidade. Não se pode deixar de lado, entretanto, que os impactos da imposição simbólica através da violência se fizeram sentir. A escravidão indígena, durante muito tempo, foi uma forma de ao mesmo tempo lucrar sem esforço e tentar apagar a identidade das populações indígenas. “Escravidão índios no Rio Negro era prática corrente e muito lucrativa” (GARCIA, 2010).

Esses acontecimentos sangrentos, no entanto, não se davam na dualidade ativo/passivo. Ao contrário, a resistência dos povos nativos esteve presente até o último momento, impressionando o colonizador.

O Governador responsável pela administração do Lugar da Barra⁵, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tomou decisões astutas quanto a modificações que diziam respeito às populações indígenas que se encontravam sob o “controle” do governo (PONTES FILHO, 2000). Mesmo concedendo liberdade legal aos indígenas em junho de 1755, e cassando os poderes dos religiosos, determinou, como que em compensação, que todas as povoações e aldeias indígenas fossem transformadas em vilas portuguesas e trocados os nomes para o português em 1758.

Contudo, a medida de mais amplo alcance e consequências foi tomada pelo então Governador do Grão-Pará e Maranhão (posteriormente da Capitania de São José do Rio Negro), que viria a funcionar como uma “super lei” para a Amazônia (PONTES FILHO, 2000). Elaborada em 1755, foi posta em vigor em maio de 1757, ficando amplamente conhecida como Diretório dos Índios. Este tinha por objetivo cumprir o desejo colonizador de “apagar” aos poucos as identidades culturais nativas através da imposição de normas sobre as áreas mais diversas, como econômica, religiosa e cultural. Era nada mais, nada menos, que uma tentativa de “civilizar”, de transformar o indígena num “bom cristão”. Aplicou-se, então, uma visão eurocêntrica e etnocêntrica na Amazônia de forma ainda mais pungente. Um dos estímulos foi a “mestiçagem”, as bases de uma política de embranquecimento.

3. Uma convivência em tensão

La Condamine (1743), ao passar pelo Rio Negro, descreve o Forte de São José do Rio Negro e um pequeno povoado que em torno dele se formara. Contudo, o que mais foi foco de suas anotações, foi o grande número de aprisionamentos e descimentos realizados ao longo do

⁵ Que passou nessa administração do Grão-Pará para a Capitania de São José do Rio Negro.

Negro. Cita indígenas escravos que serviam como guias durante o avanço nas matas, para a captura de outros, às vezes de seu próprio povo.

As formas de violência praticadas para com os indígenas tinham como consequência (não inconsciente) uma mudança radical e desorientadora. Conviviam constantemente com a possibilidade de sofrer qualquer violação, sem que por isso fossem amparados de alguma forma. Para os religiosos, agora o “selvagem” tinha alma, mas ainda era inferior ao civilizado. Para os colonos, era fonte de exploração e expurgo dos males sociais.

Ainda que tivessem sido os primeiros habitantes do Lugar da Barra e o tivessem ajudado a construir (MONTEIRO, 2000), à medida que o foco de povoação se expandia, além de serem deixados à margem, foram esquecidos como essenciais para a existência do lugar. Como que num cenário estranhamente irônico e trágico, as edificações apresentavam um hibridismo do europeu e indígena, as casas construídas de taipa e cobertas de palha seguiam o modelo de habitação português. Mesmo com a chegada do século XIX, mais de um século passado da “liberação dos índios”, o aprisionamento se fazia presente, mas agora de forma não física, mas sim subjetiva e simbólica.

Os índios, que formaram grandes famílias, permaneceram na maioria entre os brancos; a sua existência, no entanto, não melhorara, quando podiam considerar-se em pé de igualdade com eles perante a lei; faltava-lhes justamente tudo o que dá valor à liberdade civil: juízo, desembaraço, atividade. Muitas necessidades tornaram-os continuamente dependentes das raças mais civilizadas, a que eles pelo menos temporariamente serviam, de modo que, embora não tivessem mais tal nome, tem de ser considerados, todavia, como escravos explorados dos outros (SPIX & MARTIUS, 1981, p.46).

Neste sentido, ser escravo indígena no período colonial morando nos povoados portugueses ou após o Diretório dos Índios (que assegura a liberdade e ao mesmo tempo a tira), é depender completamente dos mecanismos de dominação aplicados pelos colonizadores. Pois se não podiam mais continuar com o estilo de vida de seus antepassados ou específico de determinado povo, mas se adequar aos moldes europeus (vestimentas, costumes, vida pública diferenciada, mercantilismo e capitalismo insurgente). Se não tinham mais acesso direto aos meios de subsistência, pois estes estavam agora nas mãos do homem branco. Como poderiam sobreviver sem que sofressem e se vissem obrigados à adequação a eles empurrada? Adaptar-se de forma dolorosa, como se deu, não descredifica ou

desconsidera os inúmeros movimentos de resistência, tanto internos quanto externalizados, que ocorreram sob a vontade de mostrar ao colonizador as atrocidades que cometera.

4. Silenciamento e apagamento da memória

Um dos primeiros sinais da tentativa de apagamento da memória dos povos indígenas amazônicos pode ser visto quando do erguimento do fortim que deu origem ao Lugar da Barra, futura cidade de Manaus (MESQUITA, 2006). Ele foi construído sobre um lugar sagrado ao povo *Manao*, hoje chamado de cemitério indígena. Para sua construção, utilizou-se da força dos próprios indígenas: um povo edificando muros sobre os seus ancestrais. Haveria forma mais atroz de praticar a violência simbólica que esta?

Desde 2003, este cemitério com um número ainda não estabelecido de enterramentos funerários pré-coloniais⁶, sobre o qual foram construídos muitos outros prédios ao estilo europeu e uma grande praça (que se seguiram aos primeiros da Barra), foi classificado como sítio arqueológico, chamado Sítio Manaus (MAGALHÃES, 2013). A praça, hoje de nome Dom Pedro II, representa a subtração de uma memória pretérita anterior à colonização, até mesmo no nome conferido.

Os achados remontam ao período anterior ao século XI⁷, estando sob o solo há mais tempo que a própria cidade. Esta, que se veio a estabelecer a partir das proximidades, representou em suas sobreposições uma das formas de “apagar” a memória representada pela cultura material. Quebrar, triturar, amassar urnas funerárias dos povos pretéritos, é traduzir na materialidade o que se passa nos meios simbólicos e de poder.

⁶ Durante as prospecções em subsuperfície foram identificadas pelo menos cinco urnas funerárias na área central da praça, as quais foram retiradas para exumação e análise laboratorial. Também durante a reforma e restauro do Paço Municipal, prédio da antiga prefeitura que fica em frente ao referido antigo cemitério, foi identificada uma urna, que havia sido cortada pela fundação do prédio no início do século XIX, e que hoje se encontra em exposição *in situ*. Juntamente aos vestígios funerários, foram encontrados vasilhames e utensílios cerâmicos.

⁷ Relacionados à Fase Paredão, fase cerâmica amazônica de alta incidência em Manaus.

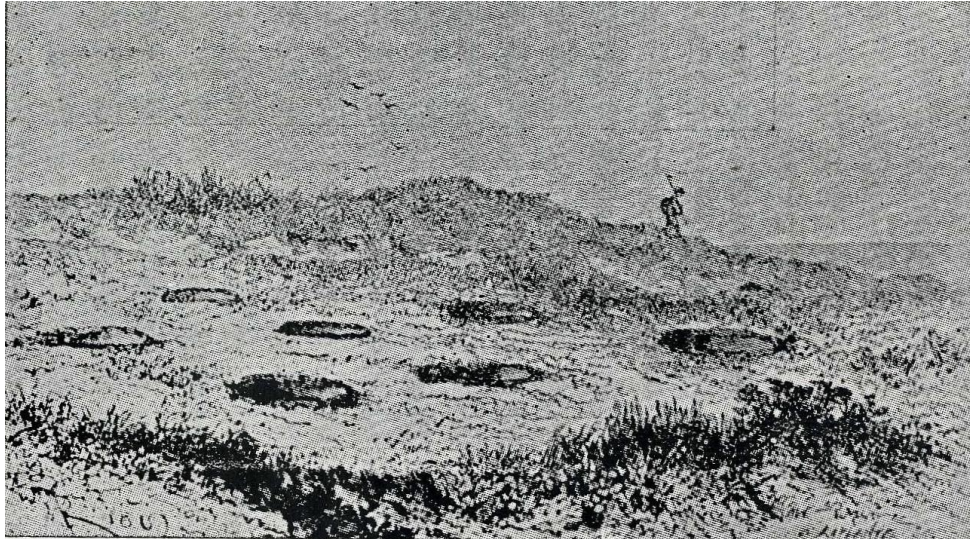


Figura 2 – Cemitério indígena dos *Manao* (*Manáos*), onde hoje se contra a Praça Dom Pedro II. Representação de meados do século XIX.

Fonte: CRUZ E SOUZA, 1948, p.19.

A discussão sobre memória apresentada por Le Goff (1984), faz com que se possa ver que, além dos aspectos dinâmicos e maleáveis desta, possui também elementos relativamente estáticos e que se mantêm durante um devir temporal. Os problemas relacionados à perturbação da memória, como a amnésia, acarretam resultados negativos não apenas na esfera individual, mas na coletiva. Nesse sentido, entende-se a importância da memória para a conceitualização do mundo na ótica dos indígenas do período colonial. Um dos resultados das perturbações é “[a] falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações [...]” (LE GOFF, 1984, p.12), que por sua vez afeta gravemente a identidade coletiva.

A materialidade que aos indígenas foi apartada pelas normas e posturas colonizadoras, tanto a arqueológica quanto a de relação doméstica, foi uma forma de apartá-los da memória identitária, que é também cultural e étnica. A identidade de que se fala é o fruto de uma construção tanto no campo simbólico como no material, traduzido-se no campo social.

O silenciamento estava ligado às práticas sociais e do conhecimento herdado dentro de uma relação de vínculo cultural-identitário divergente do que deveria ser o padrão imposto. Este, fazia parte de um mecanismo de manipulação, assim como o apagamento, usado pelos colonizadores no objetivo de despir as populações indígenas de seus aparatos identitários, intrinsecamente ligados à memória e cultura.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p.13).

Proíbe-se, por exemplo, que haja uma educação que não seja formalizada das escolas do homem branco. Proíbe-se que as línguas nativas originárias sejam faladas em público, e que os indígenas tenham apenas um nome, deveriam ter também um sobrenome português (o que aconteceu com a aplicação do Diretório dos Índios). Proíbe-se, desse modo, uma forma de cultura diferente.

[...] a cultura é aquilo que caracterizava de modo singular um determinado povo. [...] As pessoas organizam sua experiência segundo suas tradições, suas visões de mundo, as quais carregam consigo também a moralidade e as emoções inerentes ao seu próprio processo de transmissão (SAHLINS, 1997, p.46 e 48).

Entretanto, dentro dessas tentativas, pode-se ver as formas de luta, principalmente indo de encontro ao silenciamento, na preservação da língua nativa, transmissão de conhecimentos pela oralidade, entre outras. O silenciamento e apagamento da memória impetrado pelo sistema de colonização na Amazônia almejava levar ao esquecimento a riqueza cultural dos povos indígenas.

5. Conclusões

Através de um estudo das análises sobre as relações de poder entre os europeus e povo originários amazônicos, torna-se possível entrever como se deu o plano de colonização colocado em prática pela Igreja e Coroa portuguesa que, através da destruição e apagamento da cultura material e silenciamento para com as manifestações culturais e a memória (ligada intrinsecamente à identidade), pretendeu estabelecer um cenário de dominação do europeu sobre as égides de uma superioridade que o purificava e, ao mesmo tempo, punia o indígena.

Durante a pesquisa, pôde-se verificar que houve uma forte relação entre a destruição da cultura material indígena, em especial da relacionada aos antepassados (arqueológica), e a aplicação da violência na colonização da futura cidade de Manaus, a Barra. Também foi possível estabelecer um cruzamento entre as descrições de cronistas viajantes e os vestígios arqueológicos pré-coloniais, no lugar de onde partiu a expansão do Lugar da Barra. Utilizando-se de embasamento teórico referente à memória e identidade, e tomando como

referência arqueológica o Sítio Manaus, mostrou-se clara e intencional a sobreposição das construções de filiação europeia aos lugares demonstrativos de um passado rico dos povos amazônicos pretéritos, na tentativa de ocultar e até mesmo apagar tais vestígios, afetando assim as relações dos indivíduos entre memória, identidade e cultura.

Este trabalho pretende contribuir na compreensão do passado colonial amazônico, em especial da cidade de Manaus, partindo-se das relações entre os europeus (portugueses) e os povos indígenas que nela se encontravam. Pode-se ainda fazer um aprofundamento no que tange às normatizações e aplicações de códigos de conduta, para entender com mais clareza sobre o silenciamento cultural. Esta forma de estudo pode também ser aplicada em outros casos com semelhantes contextos, os de colonização material e imaterial e de pretendida dominação do colonizador sobre os povos indígenas na instalação de povoamentos.

Referências

COSTA, Graciete Guerra. *Fortificações na Amazônia*. Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil. V.10, Nº20, 2014, p.109-118. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art3.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2018. (Artigo em periódico)

CRUZ E SOUZA, D. da (Org.). *Album da cidade de Manaus – 1848-1948*. [S.I.: s.n.], 1948. (Obra Completa)

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: MPEG/CNPq, 1983. (Obra Completa)

GARCIA, Etelvina. *Manaus, referências da História*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Editora, 2005. (Obra Completa)

_____. *O Amazonas em três momentos: Colônia, Império e República*. 2ª ed. Manaus: Norma Editora, 2010. (Obra Completa)

GUERREIRO, Ketiane. *Estratégias da colonização portuguesa na Amazônia*. Examãpaku – Revista da UFRR, 2013, 12p. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/examapaku/article/download/1463/1057>. Acesso em: 18 de abril de 2018. (Artigo em periódico)

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros; Obra Completa).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1 – Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. (Capítulo de livro)

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. *O Patrimônio Cultural e reencontro no passado com o presente nos achados arqueológicos sob a Praça D. Pedro II e o Paço Municipal em Manaus*. II Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2013, 14p. Disponível em: www.direitosculturais.com.br/download.php?id=48. Acesso em: 18 de abril de 2018. (Trabalho em Anais)

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1852-1910)*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2006. (Obra Completa)

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Capitania de São José do Rio Negro – Antecedentes históricos e fundação*. 3ª ed. ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2000. (Obra Completa)

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000. (Obra Completa)

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Súmula de História do Amazonas*. 3ª ed. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2001. (Obra Completa)

SAHLINS, Marshall. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte I)*. *Mana*, 3 (1), 1997, p.45-49. (Artigo em periódico)

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. (Obra Completa)

SCHWEBEL, João André. *Collecçam dos Prospectos das Aldeias, e Lugares mais notaveis que se acham em o Mapa que tiraram os Engenheiros de Expedicam, principiando da Cidade do Pará the a Aldeia de Marina no Rio-negro, onde se acha o Arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas Aldeias chamadas Camarâ, Bararuâ, Dari; Situadas no mesmo Rio*. [S.I.: s.n.], 1756. (Obra Completa)

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v.3, 1981. (Obra Completa)